



GT 64. Olhares Antropológicos sobre Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Coordenador(es):

Renata Menasche (PPGAnt/UFPEL e PGDR/UFRGS)

Janine Helfst Leicht Collaço (UFG - Universidade Federal de Goiás)

Necessidade de primeira ordem, o ato de comer é também fato econômico, social e cultural. Assim, ainda que inserida em rotina e aparente monotonia, a ingestão de alimentos não é ação neutra, revestindo-se de sentidos e valores, que se concretizam em escolhas e práticas alimentares. Comer é, também, ato político. Em 2014, após uma década em que o combate à fome orientara a agenda de políticas públicas, o Brasil deixou de constar do Mapa da Fome, quadro que, desde 2016, com a redução dos gastos sociais do governo, vem retrocedendo. Segundo a legislação brasileira, a Segurança Alimentar e Nutricional “consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis”. É nesse quadro que este Grupo de Trabalho pretende provocar a reflexão, estimulando, a partir da Antropologia, a problematização de noções que constituem o marco conceitual do debate em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acolhendo especialmente estudos etnográficos que abordem questões atinentes a classificações da alimentação e outras que possam iluminar, a partir de perspectivas de distintos grupos, critérios que falam de gênero, qualidade da comida, de fome, de obesidade, de saudabilidade, de sustentabilidade etc.

Cultivando Orgânicos, Cultivando Relações: a Defesa da Produção Orgânica na Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Jardim de Gaia

Autoria: José Eduardo Souza Gastão da Silva (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Esta reflexão é o desdobramento de uma pesquisa realizada com a Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) Jardim de Gaia, coletivo que defende uma forma de produção alimentícia orgânica. As minhas visitas à comunidade variaram entre o ponto de convivência do grupo - o Restaurante Girassol localizado no comércio local da superquadra quatrocentos e nove Sul - e a chácara da CSA, no centro habitacional Tororó, Santa Maria (DF); considerando-se também o trajeto de carona ao campo como fundamental em nossa convivência. Para os fins deste ensaio, me detenho em parte das experiências na carona e no work de cultivo, através das quais tematizo a maneira como o projeto de agricultura orgânica é conduzido em uma CSA e as estratégias de articulação da comunidade; com inspiração em Overing e Passes (2002) a fim de pensar em uma Antropologia do dia-a-dia como abordagem de sociabilidades ao nível das relações interpessoais cotidianas, da ?convivialidade? (idem). Metodologicamente, trabalhar no ciclo de produção de alimentos ? do cuidado da terra à compostagem ? foi uma forma de inserção etnográfica fundamental. Analiticamente, aproximo esta reflexão das discussões antropológicas acerca de soberania, segurança alimentar e nutricional e argumento pela complexificação desse debate à luz do work desenvolvido em uma CSA. Concluo que ?comunidade?, tal como defendida e vivenciada na Jardim de Gaia, é princípio de organização produtiva e modo de vida alimentício particular: a um só tempo, cultivo de orgânicos e cultivo de relações.



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: